

# Diário do Legislativo de 22/09/2004

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB)

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Arlen Santiago (PTB), Márcio Kangussu (PPS) e José Milton (PSDB)

### LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes (PCdoB) e Maria Tereza Lara (PT)

### LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Gustavo Valadares

### LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líderes: Deputados Célio Moreira e Jayro Lessa

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

### LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados José Henrique (PMDB); Dinis Pinheiro (PL), Paulo Piau (PP)

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

### LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente  
Domingos Sávio

Deputado PP Vice-Presidente  
Paulo Piau

Deputado BPSB  
Dalmo Ribeiro Silva

Deputado BPSB  
Fábio Avelar

Deputada Jô Bloco  
Moraes PT/PCdoB

Deputado PMDB  
Leonardo Quintão

Deputado PL  
Dinis Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sargento BPSB  
Rodrigues

Deputado Alberto Pinto PP  
Coelho

Deputado BPSB

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado Roberto Bloco PT/PCdoB  
Carvalho

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Leonardo PL  
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente  
Bittar

Deputado Paulo PFL Vice-Presidente  
Cesar

Deputado Olinto Godinho BPS

Deputada Cecília Ferramenta Bloco PT/PCdoB

Deputado Pinduca Ferreira PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira PL

Deputado Doutor Viana PFL

Deputado Zé Maia BPS

Deputado André Quintão Bloco PT/PCdoB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bonifácio Mourão BPS Presidente

Deputado Gilberto Abramo PMDB Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista BPS

Deputado Leonídio Bouças BPS

Deputada Maria Tereza Lara Bloco PT/PCdoB

Deputado Leonardo Moreira PL

Deputado Gustavo Valadares PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel BPSB  
Martini

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado Dalmo BPSB  
Ribeiro Silva

Deputado Weliton Bloco PT/PCdoB  
Prado

Deputado Dinis PL  
Pinheiro

Deputado Doutor PFL  
Viana

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia BPSB Presidente  
Pacífico

Deputada Vanessa Lucas BPSB Vice-Presidente

Deputado Roberto Bloco  
Carvalho PT/PCdoB

Deputado Irani PL  
Barbosa

Deputado Antônio Júlio PMDB

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio BPSB  
Avelar

Deputado Miguel BPSB  
Martini

Deputada Jô Bloco PT/PCdoB  
Moraes

Deputado Jayro PL  
Lessa

Deputado Chico PMDB  
Rafael

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PCdoB Presidente

Deputado Roberto Ramos PL Vice-Presidente

Deputado Marcelo Gonçalves BPSP

Deputado Rocha Biel Bloco PT/PCdoB

Deputado Gilberto Abramo PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Campos Marília Bloco PT/PCdoB

Deputado Ferrotaco Sidinho do BPSP

Deputado Sawan Fahim BPSP

Deputado Carvalho Roberto Bloco PT/PCdoB

Deputado Quintão Leonardo PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB Presidente

Deputada Maria Resende Ana BPSP Vice-Presidente

Deputado Leonídio Bouças BPSP

Deputado Weliton Prado Bloco PT/PCdoB

Deputado Ferrotaco Sidinho do BPSP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Dalmo BPSP  
Ribeiro Silva

Deputado Arlen BPSP  
Santiago

Deputada Maria Tereza Bloco PT/PCdoB  
Lara

Deputado Alberto BPSP  
Bejani

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ermanno Batista BPSP Presidente

Deputado Jayro Lessa PL Vice-Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada BPSP

Deputado Sebastião Helvécio BPSP

Deputado Chico Simões Bloco PT/PCdoB

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Doutor Viana PFL

##### MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado José Milton BPSP

Deputado Kangussu Márcio BPSP

Deputado Santiago Arlen BPSP

Deputado Rogério Correia Bloco PT/PCdoB

Deputado Nogueira Ivair PMDB

Deputado Elmiro PFL  
Nascimento

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Bloco Presidente  
Maria José PT/PCdoB  
Haueisen

Deputado BPSB Vice-Presidente  
Doutor Ronaldo

Deputado BPSB  
Fábio Avelar

Deputado PL  
Márcio Passos

Deputado PMDB  
Leonardo  
Quintão

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB  
Augusto

Deputado Carlos BPSB  
Pimenta

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado José Milton BPSB

Deputado Chico PMDB  
Rafael

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bloco Presidente  
André Quintão PT/PCdoB

Deputado PFL Vice-Presidente  
Gustavo  
Valadares

Deputado BPSB  
Olinto Godinho

Deputado João PL  
Bittar

Deputado Leonardo Quintão PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Moraes Jô Bloco PT/PCdoB

Deputada Pacífico Lúcia BPSP

Deputado Martini Miguel BPSP

Deputado Passos Márcio PL

Deputado Nogueira Ivair PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Pereira Gil PP Presidente

Deputado Padre João Bloco PT/PCdoB Vice-Presidente

Deputado Humberto Carneiro Luiz BPSP

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Doutor Viana PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputada Haueisen Maria José Bloco PT/PCdoB

Deputada Resende Ana Maria BPSP

Deputado João Bittar PL

Deputado Valadares Gustavo PFL

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 14h30min



MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Olívia BPSP Presidente

Deputado Laudelino Augusto Bloco PT/PCdoB Vice-Presidente

Deputado Djalma Diniz BPSP

Deputado Antônio Genaro PL

Deputado Dimas Fabiano PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sawan Fahim BPSP

Deputado Ângelo Durval Bloco PT/PCdoB

Deputado Ronaldo Doutor BPSP

Deputado Barbosa Irani PL

Deputado Pereira Gil PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ricardo Duarte Bloco PT/PCdoB Presidente

Deputado Fahim Sawan BPSP Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta BPSP

Deputado BPSP

Deputado Célio Moreira PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Simões Chico Bloco PT/PCdoB

Deputado      Doutor   BPS  
Ronaldo

Deputado      Sebastião   BPS  
Helvécio

Deputado      Arlen   BPS  
Santiago

Deputado      Roberto   PL  
Ramos

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado      BPS      Presidente  
Sargento  
Rodrigues

Deputado      BPS      Vice-Presidente  
Alberto Bejani

Deputado      PL  
Leonardo  
Moreira

Deputado      Zé   BPS  
Maia

Deputado      Bloco  
Rogério Correia   PT/PCdoB

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado      Arlen   BPS  
Santiago

Deputado      Márcio   PL  
Passos

Deputado      BPS

Deputado      Olinto   BPS  
Godinho

Deputado      Biel   Bloco PT/PCdoB  
Rocha

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado      BPS      Presidente  
Alberto Bejani

Deputada      Bloco      Vice-Presidente  
Marília Campos   PT/PCdoB

Deputado  
Marcelo  
Gonçalves BPS

Deputado André Bloco  
Quintão PT/PCdoB

Deputado PFL  
Elmiro  
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputada Maria José Bloco PT/PCdoB  
Hauelsen

Deputada Ana Maria BPS  
Resende

Deputado Padre João Bloco PT/PCdoB

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio PL Presidente  
Moreira

Deputado BPS Vice-Presidente  
Djalma Diniz

Deputado Bloco  
Laudelino PT/PCdoB  
Augusto

Deputado PMDB  
Adalclever  
Lopes

Deputado Gil PP  
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Sidinho do BPS  
Ferotaco

Deputada Cecília Bloco PT/PCdoB  
Ferramenta

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Paulo Piau PP

#### COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente  
Paulo Cesar

Deputada BPSP Vice-Presidente  
Maria Olívia

Deputado Biel Bloco  
Rocha PT/PCdoB

Deputado PL  
Márcio Passos

Deputado PMDB  
Chico Rafael

##### MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Elmiro PFL  
Nascimento

Deputado BPSP

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB  
Augusto

Deputado Antônio PL  
Genaro

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

#### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo PSDB Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Fábio PTB Vice-Presidente  
Avelar

Deputado Biel PT  
Rocha

Deputado Célio PL  
Moreira

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

Deputado Padre PT  
João

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Leonídio PTB  
Bouças

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

Deputado Sidinho do PSDB  
Ferrotaco

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputada Ana Maria PSDB  
Resende

Deputada Maria Tereza PT  
Lara

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Roberto Carvalho

OUVIDOR SUBSTITUTO: Deputado Leonardo Moreira

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 45ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Associação Mineira do Ministério Público pelo Transcurso dos seus 50 Anos de Fundação

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 45ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 20/9/2004

Presidência da Deputada Maria Olívia

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de Presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Palavras do Procurador Mauro Flávio Ferreira Brandão - Entrega de placa - Palavras da Sra. Presidente - Apresentação Musical - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

#### Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Maria Olívia) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Cel. Evandro Bartholomei Vidal, Assessor Parlamentar da 4ª Região Militar da 4ª Região de Exército, representando o Comandante, Cel. Paulo Castro; Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; e Procurador de Justiça Mauro Flávio Ferreira Brandão, Presidente da Associação Mineira do Ministério Público - AMMP.

#### Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença em Plenário dos Exmos. Srs. Glauco David de Oliveira Sousa, Presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais; José Pontes Júnior, Procurador-Geral de Justiça Adjunto; Marlene Oliveira Nery, Defensora Pública Geral; José Antero Monteiro Filho, Procurador de Justiça, ex-Presidente da AMMP; Antônio Sérgio Tonet, Procurador de Justiça e Chefe de Gabinete da PGJ; Ruth Lies Scholte Carvalho, Procuradora de Justiça e Vice-Presidente da AMMP; Antônio de Pádua Marchi Júnior, Corregedor-Geral do Ministério Público; José Silvério Perdigão, Promotor de Justiça e Diretor da AMMP; Geraldo Flávio, Procurador de Justiça e Diretor da AMMP; Joaquim Cabral Neto, Diretor da Escola Superior do Ministério Público; Alceu José Torres Marques, ex-Presidente da AMMP; e Vanessa Simões, Promotora de Justiça e Diretora da AMMP.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Associação Mineira do Ministério Público pelo transcurso dos seus 50 anos de fundação.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, interpretado pelo coral da Procuradoria-Geral de Justiça e MPCRED, sob a regência da maestrina Cristina Bello.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Exma. Sra. Deputada Maria Olívia, representando o Presidente Mauri Torres, a quem saúdo, saudando também todos os parlamentares desta Casa mineira; Exmos. Srs. Mauro Flávio Ferreira Brandão, Procurador de Justiça; Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Cel. Evandro Bartholomei Vidal, representando o Comandante Cel. Paulo Castro. Membros do Ministério Público, peço vênua para saudá-los, com muita alegria, com muita honra, na pessoa do meu querido conterrâneo, caríssimo Dr. Carlos Henrique Fleming Cecon, que, por longos anos, esteve, juntamente com meu saudoso e querido pai, estagiando no escritório de advocacia na minha querida terra de Ouro Fino. Visitantes, amigos, componentes do coral, TV Assembléia, meus senhores e minhas senhoras, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Esse é o conceito e a missão que a Carta Magna de 1988 conferiu ao Ministério Público na precisa redação de seu art. 127, ensejando-lhe a grave, profunda e desafiadora atribuição de zelar pela ordem jurídica como verdade real e, sobretudo, de atuar como firme guardião da normalidade democrática e da perenidade das instituições basilares do Estado de direito, já plenamente restabelecido em nosso País.

Nessa esteira, garantindo a ordem democrática, nunca o mundo precisou tanto da verdade como agora. Ela está no ponto mais alto da hierarquia do ser e, na ordem moral, é virtude de mais difícil prática. Quantas camadas de resistência precisam ser vencidas para atingi-la! Nas investigações científicas, nas pesquisas sociais, nas aplicações do espírito e na vida cotidiana, o homem a procura com tanto desespero. Mas, se não tem a educação necessária, e sobretudo se lhe falta a formação, ele se ilude e entra na numerosa confusão da mentira, mentindo à humanidade, mentindo ao seu País, mentindo ao próximo e a si mesmo.

Assim, queremos nesta noite homenagear a AMMP pelo transcurso de seu cinquentenário. A AMMP, hoje presidida pelo ilustre Procurador de Justiça, meu dileto amigo Dr. Mauro Flávio Ferreira Brandão, é uma entidade que agrega os Promotores e Procuradores de Justiça do Estado, imbuída do propósito de promover o conagraamento da classe, sempre difundindo seus ideais, informando sempre o sentimento maior de respeito ao ser humano e à liberdade, colaborando decisivamente no aperfeiçoamento da ordem jurídica deste País.

Para atender sua finalidade, a associação cuida de incentivar o aprimoramento intelectual e científico de seus membros, estimulando o intercâmbio e o relacionamento ativo com associações congêneres.

São 50 anos de profícua existência e consideráveis realizações, período em que a AMMP destacou-se pela iniciativa e vanguarda entre todas as similares do País, mormente pelas gestões firmes e sérias, que garantem a estrutura humana e física disponível, ou pelos benefícios oferecidos aos associados.

Como resultado desse árduo trabalho, podemos destacar importantes conquistas no plano material, a exemplo da sede própria em Belo Horizonte; plano de saúde independente, com sistema de auto-gestão; 60 funcionários e quase 1.200 associados; calendário anual com vários eventos de aperfeiçoamento técnico-institucional e de cunho recreativo; e permanente acompanhamento dos movimentos dos Legislativos Estadual e Federal para garantia e aperfeiçoamento das prerrogativas e instrumentos da instituição ministerial.

Porém, torna-se imperioso realçar o vínculo evolutivo da história da associação com o progresso institucional do Ministério Público no Brasil.

Está nos anais da nossa história o registro daqueles tempos, não tão distantes, de um Ministério Público que funcionava como órgão de poucas prerrogativas e de uma associação mineira que vicejava da união de uns poucos Promotores e Procuradores de Justiça, amigos, cheios de boa-vontade e idealismo.

Foi, sem dúvida, com muita persistência e determinação que se obteve a consolidação das duas instituições, parceiras que tanto lutaram e que hoje testemunham o surgimento de um novo Ministério Público no cenário nacional, erigido em sede constitucional e que ganhou substância a partir da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, a Lei nº 8.625, de 12/2/93, sancionada na Capital mineira pelo então Presidente Itamar Franco.

Aliás, impõe-se reconhecer que foi a partir da ação corajosa e decidida do Ministério Público que os nossos constituintes incorporaram à Constituição promulgada direitos fundamentais, que refletem a vontade do povo, que, soberanamente, quis garantir a defesa da cidadania, dos cidadãos, dos grupos intermediários entre os indivíduos e o Estado, da autonomia da ordem democrática, da democracia.

Definiu-se assim, no alicerce do nosso ordenamento jurídico, o primeiro princípio do regime político adotado, regime que rejeita a vida subjugada ao direito da força, para consagrar o paradigma da vida em sociedade sob o império do direito, da lei, do conjunto das leis, todas dependentes e conformes à Lei Maior.

Não sem razão e em justo reconhecimento a essa luta, coube ao Ministério Público, por seus lúdimos Promotores e Procuradores de Justiça, defender a democracia, a ordem democrática, a lei, a força do direito, para cumprir a vontade do povo e garantir a verdadeira cidadania, a liberdade e a autonomia individuais e grupais em face dos abusos, de quaisquer abusos, praticados por quem quer que seja.

Temos hoje um Ministério Público moderno, aplicado essencialmente na defesa dos interesses do País e da sociedade e que justifica a independência institucional que foi conferida aos seus membros, Promotores e Procuradores de Justiça.

Identifica-se na ação da Associação a luta decidida e constante, que resultou no fortalecimento dos princípios da unidade, indivisibilidade, independência funcional e nas garantias constitucionais da vitaliciedade, da inamovibilidade e da irredutibilidade de salários, os maiores pilares do Ministério Público. Com tais conquistas, ganhou a sociedade brasileira, que passou a contar com uma instituição totalmente voltada para a defesa de seus direitos constitucionais.

Quero, assim, render minhas homenagens a todos os Promotores e Procuradores de Justiça do Estado de Minas Gerais, todos igualmente associados da AMMP, ausentes e presentes, que, atuando na estrita observância de seu dever legal, fazem do Ministério Público, especialmente em nosso Estado, zeloso guardião da lei, sempre atento à sua missão constitucional, que exige atitude de permanente vigilância e defesa da ordem pública.

Quero, igualmente, saudar a todos os Promotores e Procuradores de Justiça do Estado de Minas Gerais que, a exemplo do Apóstolo Paulo, já encerraram a carreira, mas combateram o bom combate, pugnaram pela intransigente defesa do Direito e da Justiça e, sobretudo, guardaram a convicção de que a conquista do estado de direito democrático, da normalidade institucional, do equilíbrio dos poderes e das instituições é premissa inafastável para que a sociedade tenha segurança e tranqüilidade, para que as pessoas se sintam guardadas da arbitrariedade e do abuso de poder.

Desejo mesmo, neste momento em que dirijo nosso reconhecimento aos ilustres Promotores que já prestaram relevantes serviços à causa da Justiça e da Liberdade, lembrar e mencionar o preclaro Promotor Carlos Ferreira Brandão, meu professor e coestadano, da progressista cidade de Pouso Alegre, que tanto dignificou o Ministério Público e colheu como recompensa maior deste trabalho notável a glória de ter o seu querido filho, Dr. Mauro Flávio, Presidente da AMMP, trilhando os mesmos caminhos, percorrendo semelhantes veredas em defesa da igualdade, da fraternidade e da harmonia social.

Receba, pois, a Associação Mineira do Ministério Público, em nome da Assembléia Legislativa, esta singela homenagem. Temos nesta Casa do parlamento mineiro defendido seus legítimos direitos, ações e reivindicações, sabedor que sou da perfeita harmonia e equilíbrio do Ministério Público, grande guardião da sociedade mineira. Parabéns a todos pelo nosso cinquentenário. Obrigado.

Palavras do Procurador Mauro Flávio Ferreira Brandão

Exma. Sra. Deputada Maria Olívia, representando o Exmo. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; meu companheiro, nosso Chefe e Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Nedens Ulisses Freire Vieira; Sr. Cel. Evandro Bartolomeu Vidal, representando o Comandante, Cel. Paulo Castro; meu amigo conterrâneo sul-mineiro, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, Deputado Dalmo Ribeiro Silva; convidados, senhores e senhoras, meus companheiros e amigos do Ministério Público, homenageados desta noite.

Em tempos em que vozes tidas como abalizadas se levantam em críticas à atuação do Ministério Público, ora sugerindo amordaçá-lo, ora retirando de suas constitucionais atribuições o poder investigatório das matérias a ele afetas e, em infeliz metáfora, inconscientemente traídas de uma formação nada democrática, sugerem a ilegalidade de suas ações, nada mais gratificante à nossa instituição que a presente homenagem que o parlamento mineiro presta ao trabalho incansável da entidade de classe que tenho a honra de dirigir. A homenagem se faz aos 50 anos de luta travada por todos e por cada um de nós, Promotores e Procuradores, irmanados no ideal de servir à sociedade, promovendo a justiça e semeando a paz.

A união fraternal dos membros do Ministério Público mineiro resultou na criação de nossa entidade de classe em 1º/8/1953. Ao longo deste meio século de existência, a Associação Mineira do Ministério Público ganhou o respeito em todos os quadrantes de nosso País, tal a representatividade imposta por seus dirigentes que, com absoluto desprendimento e espírito cívico, talhou a cinzel, persistente e pacientemente, o arcabouço legal das atribuições de que hoje se reveste.

Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte dos quais resultou nossa atual carta política, os dirigentes do Ministério Público brasileiro empenharam-se em conquistar não prerrogativas e direitos, mas, sim, a representação da cidadania e defesa dos direitos sociais. O leque de atribuições que nos foi entregue resultou em aumento expressivo do trabalho dos Promotores de Justiça, fez com que seu desempenho efetivo servisse de consolidação do posicionamento do Parquet no Estado brasileiro e a valorização e o reconhecimento de cada um de seus membros como defensores da cidadania.

O exercício de nosso Ministério, quer no isolamento de um gabinete, quer à frente de uma audiência com a comunidade, se nos é extremamente gratificante, muitas das vezes é incompreendido por aqueles que se sentem incomodados com as ações em defesa dos valores mais caros à sociedade, como uma administração proba e voltada aos interesses do bem comum. Nós, Promotores e Procuradores de Justiça,

considerados que somos agentes políticos pelo múnus que exercemos, somos sobretudo apatidários, não nos prestando, e muito menos os nossos serviços, a interesses de eventuais dirigentes da coisa pública. Gestores, parlamentares, magistrados, somos todos servidores do cidadão, compromissados com a realização do bem-estar social.

Ao encerrarmos as comemorações de nosso cinquentenário e as comemorações do Dia Estadual do Ministério Público nesta data, 20 de setembro, ainda que por desconhecimento da Presidência desta Casa, mas por feliz coincidência, comemora-se também o Dia Mundial do Ministério Público. Quero partilhar esta homenagem prestada pelo parlamento mineiro com cada um dos colegas que presidiram nossa entidade e com os que hoje se incumbem de dirigi-la. Permitam-me relacionar, por ordem cronológica, nossos ex-Presidentes: Mauro da Silva Gouvea, José Pinto Renó, Joaquim Ferreira Gonçalves, Geraldo Prates, Afonso Messias Soares, José Cupertino Gonçalves, Castellar Modesto Guimarães, Marcos Elias Freitas Barbosa, Joaquim Cabral Netto, Luiz Carlos Abritta, Luís Fernando Salomon, Délio Osório de Paula, Clodesmidt Riani, José Antero Monteiro Filho, Nedens Ulisses Freire Vieira, Vagner Vartuli, Amando Prates, Olavo Antônio de Moraes Freire, Castellar Modesto Guimarães Filho e Alceu José Torres Marques, a quem sucedo, a quem hoje prestamos homenagem, inaugurando sua fotografia na galeria dos ex-Presidentes da AMMP e a quem também concedemos a Medalha do Cinquentenário do Ministério Público, que fora conferida a todos os ex-Presidentes até então. E os Diretores que me acompanham: Ruth Lies Scholte Carvalho, Rodrigo Souza de Albuquerque, José Silvério Perdigão de Oliveira, Geraldo Flávio Vasques, Vanessa Fusco Nogueira Simões e Carlos André Mariani Bittencourt.

Sra. Presidente da Mesa, Deputada Maria Olívia, meu caro Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento desta solenidade, esta data, hoje registrada nos anais desta Casa e gravada de forma indelével nos corações e mentes dos Promotores e dos Procuradores de Justiça de Minas Gerais, não passará para a história como festiva homenagem, mas, sim, como reconhecimento da maturidade política, da convivência cívica e do compromisso que Ministério Público e Poder Legislativo pactuam em prol da sociedade mineira. Obrigado.

#### Entrega de Placa

O locutor - A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por meio da Deputada Maria Olívia, Presidente desta solenidade, homenageia a AMMP, na pessoa de seu Presidente, procedendo à entrega de placa alusiva a esta ocasião. Para tanto, solicitamos à Deputada Maria Olívia, ao autor do requerimento, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e ao Presidente da AMMP, Procurador Mauro Flávio Ferreira Brandão, representando a entidade, que compareçam ao local de entrega da referida homenagem. A placa conferida à AMMP contém os seguintes dizeres: "Associação Mineira do Ministério Público: uma entidade que, além de defender os interesses de classe dos Promotores e Procuradores de Justiça do Estado, muito tem colaborado com os poderes públicos no aperfeiçoamento da ordem jurídico-social. A homenagem do Legislativo Estadual à AMMP pelos 50 anos de sua criação."

- Procede-se à entrega de placa.

#### Palavras da Sra. Presidente

Exmos. Srs. Mauro Flávio Ferreira Brandão, Nedens Ulisses Freire Vieira, Evandro Bartholomei Vidal, meu amigo Deputado Dalmo Ribeiro Silva, demais autoridades.

Em meio século de existência, a AMMP, mais do que a entidade de classe dos procuradores e Promotores de Justiça do Estado, tornou-se conhecida por seus esforços na promoção e na defesa da cidadania.

Entre seus objetivos, destacam-se não apenas o conagraçamento da classe e a difusão de seus ideais, mas, ainda, a colaboração com os poderes públicos no aperfeiçoamento da ordem jurídico-social.

Quando, em 1988, surgiu, em decorrência da Constituição, um novo Ministério Público, configurando-se uma instituição moderna e essencialmente voltada para a defesa dos interesses do País e da sociedade, a AMMP logo se identificou com as novas atribuições conferidas aos seus associados. Assim, junto à ação dos Promotores e dos Procuradores, passou a incluir-se na guarda dos direitos constitucionais de cada cidadão.

A AMMP pugna pelas prerrogativas de seus membros, incluindo suas aspirações e autonomia, ao mesmo tempo em que tem incentivado seu aperfeiçoamento científico e intelectual, bem como o de seus dependentes.

Como resultado desse meio século de luta, tornou-se modelo para entidades congêneres pelas gestões implantadas, pelos benefícios oferecidos aos associados e pela estrutura humana e física disponível.

A AMMP dispõe, hoje, de uma sede de 5.000m<sup>2</sup> em Belo Horizonte, com 60 funcionários, para quase 1.200 associados. Esses têm à sua disposição três pousadas com infra-estrutura completa, além de um excelente departamento de assistência e serviços, com reembolso das despesas médicas, hospitalares e odontológicas.

Após todas essas conquistas, merecem ser lembrados os primeiros anos da associação, quando o Ministério Público era um órgão de poucas prerrogativas. A entidade funcionava pela união e pelo idealismo de poucos Promotores e Procuradores, cheios de boa-vontade. Essa boa-vontade, unida a muito trabalho, resultou na posição de relevo que hoje, merecidamente, desfrutam as duas organizações.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais junta hoje a voz dos representantes do povo deste Estado na valorização de um trabalho que, em última instância, busca um País mais digno e mais justo.

A Presidência registra também nos anais desta Casa que hoje, coincidentemente, comemoramos o Dia Internacional do Ministério Público. Parabéns, Ministério Público. Muito obrigada.

#### Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir, sob a regência da maestrina Cristina Bello, o Coral da Procuradoria-Geral de Justiça e MPCRED, que apresentará as músicas "Va Pensiero", de Giuseppe Verdi e, "Canto do Povo de Um Lugar", de Caetano Veloso.

- Procede-se à apresentação musical.

#### Encerramento



A Sra. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 21, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 21/9/2004.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A Proposta de Emenda à Constituição nº 81/2004, em 14/9/2004

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Kangussu, Fábio Avelar, Ivair Nogueira, Leonardo Moreira e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Carlos Andrada e Jayro Lessa. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Márcio Kangussu, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida por ser a primeira reunião desta Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. O Presidente distribui as cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Leonardo Moreira para atuar como escrutinador. Procede-se à apuração dos votos, e são eleitos para Presidente o Deputado Ivair Nogueira e para Vice-Presidente o Deputado Fábio Avelar, com a totalidade dos votos. O Deputado Márcio Kangussu declara empossado no cargo de Presidente o Deputado Ivair Nogueira, a quem passa a direção dos trabalhos. O Deputado Ivair Nogueira agradece a confiança nele depositada, empossa o Deputado Fábio Avelar no cargo de Vice-Presidente e designa como relator da matéria o Deputado Márcio Kangussu. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária do dia 21/9/2004, às 9h45min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2004.

Ivair Nogueira, Presidente - Leonardo Moreira - Márcio Kangussu - Fábio Avelar - Rogério Correia.

ATA DA 23ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 15/9/2004

Às 9h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Roberto Ramos e Biel Rocha, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Roberto Ramos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a inserção do sistema "closed caption" para portadores de deficiência auditiva na programação das emissoras de televisão e comunica o recebimento de correspondência do Sr. Antônio Aurélio Santos, Promotor de Justiça, e outros, conforme publicado no "Diário do Legislativo" de 2/9/2004. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.230/2004. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo e Biel Rocha (2): um, em que solicitam sejam pedidas à Mesa da Assembléia Legislativa providências com o objetivo de se adotar o sistema "closed caption" nas transmissões da TV Assembléia; outro, em que solicitam seja convidado o Sr. Pedro Mosqueira, Embaixador de Cuba no Brasil, para participar de reunião desta Comissão no dia 22/9/2004 para debater o tema "Os Direitos Humanos em Cuba"; Roberto Ramos (2): um, em que solicita seja agendada visita desta Comissão ao "Shopping Tupinambás", para verificar "in loco" as condições de funcionamento do local e o possível envolvimento da máfia chinesa; outro, em que solicita seja convidado o Sr. Fernando Cabral, Diretor da Regional Centro-Sul da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a comparecer a esta Comissão a fim de que lhe sejam prestadas as informações que menciona. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o assunto supracitado. Registra-se a presença dos Srs. João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes - SEDESE; Cleonice de Alencar Bahia, Presidente e Fundadora do Conselho do Idoso; Wagner Médici, Técnico Pioneiro na Manipulação de "Closed Caption" no Brasil, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2004.

Durval Ângelo, Presidente - Biel Rocha.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 76ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 22/9/2004

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.114, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.145, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova União o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.192, que altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, e 13.470, de 17/1/2000, e a Lei Delegada nº 60, de 29/1/2003, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.194, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2005 e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 88, que institui as Carreiras do Grupo de Atividades Jurídicas do Poder Executivo. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Rogério Correia solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.115, que dá nova denominação ao Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra, define sua competência e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designada como relatora em Plenário, a Deputada Jô Moraes solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.144, que institui o sistema de reserva de vagas na Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - e na Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES - para os grupos de candidatos que menciona. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Miguel Martini solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.537/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB-MG. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1 e pela aprovação do Substitutivo nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.796/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$25.700.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.800/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$83.924.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Ministério Público do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.799/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$11.290.516,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Alçada do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.795/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$35.200.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.797/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$1.834.800,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.798/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$91.000.284,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 639/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a defesa agropecuária, cria o fundo estadual que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 22/9/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 22/9/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.595/2004, do Deputado Chico Simões; 1.651/2004, do Deputado Padre João; 1.652/2004, do Deputado Rêmoló Aloise.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 95/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 22/9/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 1.775/2004, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Em turno único: Mensagem nº 192/2004, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.456/2004, do Deputado George Hilton, e 1.661/2004, do Deputado Biel Rocha.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.589/2004, do Deputado George Hilton.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 277/2003, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.530/2004, do Deputado George Hilton; 1.548/2004, da Deputada Ana Maria Resende, e 1.738/2004, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 22/9/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16 horas do dia 22/9/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.724/2004, do Deputado Ricardo Duarte; 1.743/2004, do Governador do Estado; 1.814/2004, do Governador do Estado; 1.829/2004, do Deputado Ricardo Duarte; 1.213/2003, do Deputado Zé Maia; 1.725/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.781/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 1.833/2004, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Alberto Bejani, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública o Instituto Bruno Vianna, com sede no Município de Juiz de Fora.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 5/8/2004, vem a matéria a esta Comissão para exame preliminar dos aspectos referentes à juridicidade, à constitucionalidade e à legalidade, conforme dispõe o art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em causa, constituída e em funcionamento há mais de um ano, tem personalidade jurídica, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas, que não percebem remuneração pelo exercício de seus respectivos cargos.

O art. 41 de seu estatuto determina que, sendo ela extinta, o patrimônio remanescente será destinado a associação beneficente idônea, com personalidade jurídica, sede e finalidade preponderante no Estado de Minas Gerais, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, e o art. 44 dispõe que o exercício das funções da diretoria e do conselho não será remunerado. A entidade está devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social do respectivo Município sede sob o nº 89; atende, portanto, à exigência consubstanciada no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, reguladora do processo declaratório de utilidade pública, alterado pela Lei nº 15.294, de 2004.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.819/2004.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2004.

Ermano Batista, Presidente e relator - Laudelino Augusto - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Viana.

Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição Nº 81/2004

Comissão Especial

Relatório

De autoria de 1/3 dos membros da Assembléia Legislativa, e tendo como primeiro signatário o Deputado Leonardo Moreira, a Proposta de Emenda à Constituição nº 81/2004 altera o inciso II do art. 53 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Publicada no "Diário do Legislativo" em 1º/9/2004, a proposição foi distribuída a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do dispositivo no art. 111, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O tema da eleição da Mesa Diretora das Casas Legislativas tem um percurso histórico, na medida em que a Emenda à Constituição nº 1, de 1967, vedava qualquer possibilidade de reeleição do Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 29, § 4º, e do art. 30, parágrafo único, alínea "h".

A Constituição da República de 1988 deu ao tema tratamento diverso, consoante se verifica no art. 57, § 4º, que dispõe o seguinte:

"Art. 57 - .....

§ 4º - Cada uma das casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente".

Ora, caso se lesse de forma isolada a parte final do dispositivo, poder-se-ia entender que permaneceu a vedação à reeleição para a Mesa Diretora. Mas não se interpreta uma parte do dispositivo constitucional de forma isolada, mas integrada não apenas no artigo, mas na Constituição como um todo. Assim, a eleição imediatamente subsequente refere-se a escolha da Mesa para o segundo biênio da legislatura. Afinal, se o Constituinte quisesse reproduzir a regra da emenda à Constituição de 1968, manteria a mesma redação. Se alterou a redação, deve-se supor que pretendeu alterar a regra. Na lição de Carlos Maximiliano, "quando a nova Constituição mantém (...) a mesma linguagem da antiga, presume-se que se pretendeu não mudar a lei nesse particular ("Hermenêutica e Aplicação do Direito". Ed. Forense, pág. 311). Logo, repita-se: se mudou a linguagem, presume-se a intenção de alterar a regra.

Se dúvida restava acerca da possibilidade de reeleição em legislatura distinta, ela foi dissipada no final de 1998 e no início do ano seguinte, quando se exigiu interpretação mais detida do dispositivo, uma vez que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal haviam sido presididos pelo Deputado Federal Michel Temer e pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, respectivamente, no segundo biênio da legislatura que se encerrava naquele momento e uma vez que ambos pleiteavam a possibilidade de recondução ao cargo. Assim, prevaleceu a interpretação que admite a possibilidade de reeleição, desde que em legislaturas distintas, como ocorreu no Congresso Nacional.

Questão diversa reside em verificar se o art. 57, § 4º, da Constituição da República é matéria de preordenamento, ou seja, se, embora se refira ao Congresso Nacional, deve ser reproduzido nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios. Como bem se destacou na fundamentação da proposta de emenda à Constituição em exame, o Supremo Tribunal Federal já se posicionou sobre essa matéria, decidindo, de forma reiterada, que "as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios - tratando-se de eleição para as Mesas Diretoras das respectivas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais - podem autorizar, legitimamente, a recondução dos parlamentares locais ao mesmo

cargo, ainda que para exercício em período imediatamente subsequente" (ADIN nº 793-RO, Rel. Min. Carlos Velloso).

Nessa linha de entendimento, confirmaram-se, entre outras, a ADIN nº 2.262/MA, a ADIN nº 2.292/MA, ADIN nº 792-1/RJ, ADIN nº 1.528 AP, bem como os Informativos nºs 201 e 219, do STF.

É verdade que a maioria dos Estados reproduziram, em suas Constituições, o modelo federal, como Pernambuco (art. 29, § 3º), o Maranhão (art. 29, § 3º), o Ceará (art. 47, § 2º), a Paraíba (art. 59, § 4º), Santa Catarina (art. 46, § 3º), o Paraná (art. 61, § 3º), o Espírito Santo (art. 58, § 5º). Alguns Estados adotaram modelo distinto. No Rio Grande do Sul, por exemplo, veda-se a possibilidade de reeleição em qualquer hipótese (art. 49, § 4º). O Estado da Bahia, por sua vez, já alterou sua Constituição, para se permitir uma única reeleição, independentemente da legislatura (art. 67, § 3º). A Constituição do Piauí não trata do assunto, que fica a cargo do Regimento Interno da Assembléia Legislativa desse Estado, o que não nos parece ser um bom modelo, em virtude da estabilidade normativa que a matéria requer. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro também já foi alterada para permitir a reeleição (art. 107, § 3º).

No leque de possibilidades de tratamento da matéria, a proposta de emenda à Constituição em exame aponta para a melhor direção, a saber, permite uma única reeleição para mandato de dois anos, não impedindo que esta ocorra no segundo biênio da legislatura. Com efeito, a possibilidade de uma única reeleição já existe, como evidenciado acima, desde que em legislatura distintas, restrição que não nos parece razoável. Ora, por que o parlamentar pode ser reconduzido à Presidência da Casa no primeiro biênio, mas o mesmo não pode ocorrer no segundo biênio da legislatura? Não nos parece relevante para justificar tal tratamento o fato de que, na hipótese de reeleição que hoje se admite, o parlamentar tenha dirigido a Casa em dois períodos sucessivos em mandatos distintos. Ora, há um fluxo de continuidade quando o parlamentar é reconduzido pelo povo à Casa Legislativa, o que se evidencia, por exemplo, pelo fato de que apenas ele pode desarquivar projeto de sua autoria apresentado na legislatura passada, nos termos do Regimento Interno.

Assim, parece-nos correto o aperfeiçoamento do texto constitucional para permitir uma única reeleição, independentemente da mudança ou não da legislatura.

E, por que, afinal, uma única reeleição? Vale lembrar que a rotatividade no exercício de cargos eletivos que cumprem função executiva, como o de Chefe do Poder Executivo e o de Presidente das Casas Legislativas, é um desdobramento do princípio republicano, na medida em que a alternância no poder impede a sua personificação, como ocorre com os monarcas ou com aqueles que ocupam o Poder por um longo período.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81/2004.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2004.

Ivair Nogueira, Presidente - Márcio Kangussu, relator - Fábio Avelar - Rogério Correia - Leonardo Moreira.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

##### Discursos Proferidos em 16/9/2004

O Deputado Fábio Avelar\* - Sr. Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, caros amigos nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, quero mandar aqui um abraço especial ao nosso querido Deputado Márcio Kangussu, que retorna a esta Casa e nos dá o prazer do alegre e competente convívio.

Trago a todos os senhores o resultado de uma seminário realizado nesta Casa sobre o saneamento ambiental no Estado de Minas Gerais.

Tivemos nesta Casa uma reunião histórica e o privilégio de ter os nossos trabalhos conduzidos pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Debatemos e aprovamos aqui, hoje, na manhã e no início da tarde, cerca de 300 proposições, analisadas uma a uma.

Concluimos os nossos trabalhos por volta das 13h45min, momento em que entregamos ao nosso Vice-Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, o documento final, a fim de que o encaminhasse ao Presidente, Deputado Mauri Torres.

Caros colegas Deputados, telespectadores da TV Assembléia, esse trabalho foi bastante árduo e originou-se de um requerimento de minha autoria, ainda no final de 2003. Os trabalhos de elaboração do seminário se iniciaram no começo de 2004. Contamos com a participação e o apoio de mais de 50 entidades: do segmento de saneamento ambiental, do Governo, de organizações não governamentais, de sindicatos, de associações de classe, da AESBE, da ABES e da ASSEMAE, que representa os serviços autônomos dos municípios do Estado de Minas Gerais. Enfim, contamos com a colaboração de vários Prefeitos, Vereadores e Presidentes de entidades, que nos ajudaram na realização desse seminário.

Passada a fase de estruturação do seminário, na qual contamos com a participação efetiva dessas entidades, criamos e elegemos as comissões técnicas interinstitucionais, formadas por técnicos e pessoas da mais alta competência e experiência, que prepararam um relatório propositivo sobre seis temas referentes à questão do saneamento ambiental, entre eles: a educação sanitária e ambiental, a gestão, a captação dos recursos para o setor e a nova legislação de saneamento ambiental, tema importante, muito debatido no Brasil e que causou grande polêmica por causa de um anteprojeto apresentado pelo Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Saneamento. Tivemos a oportunidade de debatê-lo nesta Casa.

Durante esse seminário, tivemos a oportunidade de retratar o que ocorre hoje no saneamento ambiental em Minas Gerais e de confrontar as informações com um outro grande seminário que foi realizado também nesta Casa, intitulado Saneamento Básico, em 1992. Então, tivemos condições de registrar as demandas e as intervenções necessárias ao saneamento ambiental, com base no novo conceito. Hoje, o saneamento ambiental, além de tratar os problemas referentes ao tratamento e distribuição da água, à coleta e tratamento de esgoto, é mais abrangente pois envolve questões ligadas aos resíduos sólidos, ao lixo, às drenagens pluviais e ao controle de vetores. Enfim, o saneamento ambiental está ligado a todas as questões do ambiente.

A partir dos relatórios propositivos, levamos e facilitamos a discussão do tema em todo o Estado. Realizamos quatro importantes reuniões no

interior, onde foi possível discutir esses relatórios propositivos, enriquecendo-os com propostas e colhendo informações e subsídios, respeitando, evidentemente, a questão regional, para que, hoje, na plenária final, debatêssemos todas as questões.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)\* - Deputado Fábio Avelar, agradeço-lhe o aparte. Parabeno-o pela iniciativa de realizar nesta Casa esse seminário, que, com certeza, após as conclusões, enriquecerá muito o nosso Estado, principalmente quanto à questão ambiental, tão importante atualmente.

Venho a esta tribuna para testemunhar o grande trabalho exercido pelo Deputado nesta Casa. V. Exa. agora é coroado com esse belo fórum de debates, que, aliás, acompanhamos. Verificamos a grandiosidade de sugestões que o fórum traz para o nosso Estado.

Certamente a população do Estado ganha - e ganhará - muito com esse fórum, que, sob a sua liderança e a sua iniciativa, promoveu debates muito importantes, com a participação de todas as entidades, enriquecendo o debate sobre a questão ambiental no nosso Estado. Como é importante a sua permanência no parlamento, no segundo mandato!

Parabeno V. Exa. pelo trabalho. Com esse fórum, que encerrou há poucas horas, ganha não somente a Assembléia, mas também Minas Gerais.

O Deputado Fábio Avelar\* - Deputado Doutor Viana, agradeço a V. Exa. o aparte. As suas palavras são de incentivo. V. Exa. é um Deputado atuante, pois está presente em praticamente todas as comissões. Nós, que temos a oportunidade de acompanhar o seu trabalho, sentimo-nos bastante lisonjeados em escutar suas palavras.

O Deputado Doutor Ronaldo (em aparte) - Deputado Fábio Avelar, parabenizar V. Exa. é pouco; deveria dizer muito mais. Vários seminários de grande importância são realizados nesta Casa; porém esse seminário sobre saneamento ambiental é realmente especial. Não somente a população de Belo Horizonte, de Sete Lagoas ou de Lagoa Santa, mas todo ser humano sabe perfeitamente que, se estragarmos o meio ambiente, dificilmente ele voltará a ser o que era.

Esse seminário, que terminou hoje, foi muito importante. Comprometi-me a participar dele em todos os momentos, mas infelizmente não pude, pois caí na armadilha denominada "candidatura", para tentar consertar a sociedade. Um apresentador de televisão disse: "Cuidado, cidades: os ratos estão soltos!". Logo, antes de a minha cidade ser tomada por alguma ratazana, entrei na armadilha para tentar mudar alguma coisa.

Deputado Fábio Avelar, já colhi alguma matéria. Espero receber o resultado final. Não tenha dúvida de que saneamento ambiental é do que o mundo precisa. Esse seminário foi muito importante. Parabeno V. Exa. com muita expressão. Como disse, seminários ocorrem, mas o do meio ambiente é o mais importante. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Avelar\* - Agradeço as palavras do companheiro Deputado Doutor Ronaldo. No dia-a-dia, tenho aprendido a admirar cada vez mais a sua luta pelo meio ambiente. V. Exa. tem uma atuação marcante na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais como Vice-Presidente. É com muita satisfação que ouvi as suas palavras. Foi um privilégio a sua participação.

A Deputada Lúcia Pacífico (em aparte)\* - Deputado Fábio Avelar, obrigado. Cumprimento V. Exa. pelo êxito desse seminário. A defesa do consumidor tem tudo que ver com o meio ambiente saudável. O saneamento do meio ambiente é algo por que me apaixono. É de longa data que o nosso Deputado persiste nesse lema e nessa ação.

Lembro que, no dia 13 de setembro, comemoramos o Dia Municipal das Donas de Casa e os 21 anos da nossa entidade. Esta Casa também realizou um debate público - Fortalecimento da Proteção e da Defesa do Consumidor: um Desafio para o Século XXI -, abordando também essa questão do meio ambiente.

Discutimos, com mais de 100 pessoas neste Plenário lotado, planos de saúde, ações civis públicas e meio ambiente. Foi altamente proveitoso. Parabeno esta Casa por promover essa abertura para o cidadão, que vem cobrar-nos e também debater. Parabéns ao colega Fábio Avelar.

O Deputado Fábio Avelar - Obrigado. Suas palavras são muito importantes para mim, pois V. Exa. é uma guerreira que está sempre lutando pela defesa de nossos consumidores. Cumprimento V. Exa. pela realização de tão importante seminário, que teve tamanha repercussão em nosso meio.

Em todas as reuniões feitas no interior do Estado - Uberlândia, Varginha, Governador Valadares e Montes Claros -, contamos com a presença marcante de várias pessoas, o que demonstra a importância da descentralização das atividades da Assembléia, dando maior facilidade ao cidadão de participar de debates amplos, respeitando-se as características regionais.

Por fim, ficamos muito satisfeitos com o número de inscritos para nosso seminário, 800 pessoas. Tantas pessoas que se debruçaram durante quatro dias sobre o tema, discutindo, sugerindo e elaborando um importante relatório aproximadamente com 300 proposições e 11 moções, entregues hoje ao Vice-Presidente em exercício, Deputado Adelmo Carneiro Leão, que conduziu os trabalhos e se prontificou em passar o relatório às mãos do Presidente Mauri Torres. Trata-se de um documento de mais alta importância, que fornecerá subsídios para o grande debate nacional, com diversas audiências públicas realizadas em todo o País sobre o complexo projeto de legislação ambiental, apresentado à sociedade para consulta pública. Ressaltamos e parabenizamos a iniciativa do Ministério das Cidades, ao apresentá-lo à sociedade, para que seja definida de maneira mais clara a legislação ambiental do Estado e do País, e até mesmo a definição desse importante marco regulatório para o setor; porém é importante ressaltar que se trata de um anteprojeto bastante complexo, que vem apresentando diversos problemas. Um dos mais graves é o enfraquecimento das empresas estaduais de saneamento, o término do subsídio cruzado, tão importante para atender às comunidades mais carentes. Esse anteprojeto vem promovendo discórdia em todo o setor de saneamento. Fazemos um apelo ao Ministério das Cidades e ao Secretário Nacional do Saneamento para que acolham nossas sugestões. A voz de Minas será muito importante para subsidiar essa reformulação na questão ambiental. Esse novo projeto ordenará o serviço de saneamento ambiental dentro do novo conceito expandido sobre o saneamento ambiental.

Eram essas as minhas palavras. Peço ao Presidente mais um pouco de paciência, pois quero agradecer a todos os que participaram do seminário. Faço menção aos Deputados, visto que vários participaram ativamente das reuniões realizadas no interior do Estado, enfim de todo o seminário. Como disse anteriormente, mais de 50 entidades nos ajudaram desde a fase de preparação e estruturação do seminário, uma das mais importantes do evento. É nessa parte que se escolhe o tema, a forma, o lugar e os motivos pelos quais ele será debatido. Não podemos deixar de agradecer também à maravilhosa equipe técnica da Assembléia Legislativa, que nos deu o suporte, o apoio necessário para que pudéssemos desenvolver nossas atividades. Por fim, agradeço, em especial, à TV Assembléia, que fez a cobertura do seminário, levando aos lares mineiros, que cada vez mais nos acompanham, a possibilidade de acompanhar temas importantes como o que foi debatido nesta Casa. Agradeço a todos vocês. Obrigado por me terem escutado nesta tarde de quinta-feira.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 2/9/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Márcio Passos

exonerando, a partir de 21/9/2004, Jussara Maria da Fonseca Costa do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Lucília Maria Cardoso Magalhães para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Roberto Carvalho

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 21/9/2004, que nomeou Adriana Maria Norberto para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Rafael Henrique Dutra Caiaffa para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.